

Ampliando as alternativas de protecção dos Defensores de Direitos Humanos: que mecanismos em período eleitoral

Termos de Referência

I. Contexto

Moçambique encontra-se actualmente em um ambiente político desafiador, caracterizado por um espaço cívico cada vez mais fechado. Esta conjuntura limita significativamente a liberdade de expressão e de imprensa e a actuação dos Defensores de Direitos Humanos, comprometendo o pleno exercício dos direitos e liberdades fundamentais.

A aproximação das eleições gerais traz à tona a necessidade de uma atenção redobrada à segurança dos Defensores de Direitos Humanos, que são essenciais para garantir a transparência e a integridade do processo eleitoral.

Desde a aprovação da Constituição da República em 1990, Moçambique tem realizado eleições presidenciais e legislativas de forma cíclica. As últimas, ocorridas em 2018/19, foram realizadas em um contexto de crise política e econômica. Em 2023, realizaram-se as sextas eleições autárquicas em um cenário de descentralização incompleta e incerta. Mesmo com critérios pouco claros, 12 municípios, 10 vilas e 2 povoações foram elevadas à categoria de Autarquia. Isso

significa que apenas os cidadãos residentes em 65 municípios puderam eleger seus representantes locais, em detrimento da maioria da população moçambicana que reside em áreas rurais, cuja esperança de alcançar um estágio avançado de cidadania foi comprometida com o adiamento das primeiras eleições distritais, previstas constitucionalmente para 2024.

Considerando as eleições autárquicas de 2023 um elemento fundamental para refletir sobre a democracia e a segurança dos Defensores de Direitos Humanos nesses processos, a experiência das eleições autárquicas anteriores permite discutir os riscos e desafios enfrentados pelos Defensores nesses períodos. Em uma situação em que a contestação dos resultados eleitorais foi gritante devido à grande fraude eleitoral praticada pelos órgãos de administração eleitoral, a avaliação do processo eleitoral de 2023, desde o recenseamento eleitoral, a campanha eleitoral, os resultados das eleições, bem como a análise do funcionamento e do desempenho dos órgãos de administração eleitoral, nos permite consolidar a narrativa de que o período eleitoral em Moçambique é potencialmente perigoso e crítico para os Defensores de Direitos Humanos.

Os Defensores dos Direitos Humanos desempenham um papel preponderante na promoção e protecção dos Direitos Humanos em Moçambique, especialmente em um contexto de aproximação das eleições gerais. Contudo, esses Defensores enfrentam desafios significativos, incluindo ameaças, intimidações e até mesmo assassinatos. Em 29 de setembro de 2023, o Observatório para a Protecção dos Defensores dos Direitos Humanos destacou que a impunidade para os autores de violações permanece elevada, enquanto o espaço para a sociedade civil se reduz. Este contexto é alarmante, considerando que, em 2019, o Defensor de Direitos Humanos Anastácio Matável foi assassinado em um acto que marcava a crescente repressão aos Defensores no país.

A repressão e a intimidação têm sido comuns, um ambiente que não favorece a observação eleitoral e a defesa dos Direitos Humanos. A situação é exacerbada por restrições à liberdade de expressão e imprensa e às organizações da sociedade civil, como a tentativa de aumento do custo da internet, que limita a comunicação e a mobilização dos Defensores, assim como a tentativa de controlo das organizações da sociedade civil através de leis que limitam sua actuação.

Diante deste cenário preocupante, é fundamental difundir as alternativas de protecção para esses Defensores, garantindo que possam continuar seu trabalho em um ambiente seguro. Neste contexto, a Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos (RMDDH) organiza o *workshop* “Ampliando as alternativas de protecção dos Defensores de Direitos Humanos: que mecanismos em período eleitoral.

A actividade é organizada no âmbito do projecto Fortalecimento da Capacidade e Defesa dos Defensores de Direitos Humanos e do Espaço Cívico em Moçambique, com o apoio do Programa IGUAL e financiamento do Reino dos Países Baixos.

Durante o evento, serão apresentados os mecanismos do acesso aos serviços de protecção da RMDDH que incluem linhas de evacuação e/ou relocação temporária da Southern Africa Human Rights Defenders Network (SouthernDefenders).

II. Objectivo

O objectivo do evento é promover a resiliência dos Defensores de Direitos Humanos através de discussões sobre os riscos e desafios enfrentados pelos Defensores dos Direitos Humanos em períodos eleitorais e apresentar a ligação da RMDDH com a linha de evacuação e saída temporária da Southern Africa Human Rights Defenders

Network, enquanto um mecanismo de protecção de Defensores de Direitos Humanos.

III. Local, data e hora de realização do evento

O evento terá lugar no Hotel InterChimoio, província de Manica, no dia 20 de Agosto, às 09 horas.

IV. Programa

Terça-feira, 20 de Agosto de 2024

Moderação: Ngandife Karina, Secretariado da RMDDH

08:00 - 08:30 Chegada e Registo dos Participantes

08:30 - 08:45 Contexto e Notas de Abertura

- Dr. Danilo Mairoce, **Coordenador Provincial da RMDDH em Manica**
- Dr. Fernando Bemane de Sousa, **Secretário de Estado da província de Manica**

08:45 - 09:00 Foto Família e Lanche

Tema I

09:00 - 09:30 Reflexão sobre Eleições e Espaço Cívico

- Universidade Católica
- Dr. Amália Jossias Fotine, PLASOC
- Dr. Dealton Araújo, Silver Lining

09:30 - 10:00 Debate

Moderação: Dr. Neide Martins, Secretariado da RMDDH

Tema II

10:00 - 10:30 O papel dos Defensores de Direitos Humanos durante as eleições

- Dr. João Pedro Atibo, Defensor de Direitos Humanos
- Dr. Crimildo Arnaldo João, Delegado da Ordem dos Advogados
- Dr. André Catueira, Jornalista Defensor de Direitos Humanos

10:30 - 11:00 Debate

Moderação: Dr. Neide Martins, Secretariado da RMDDH

Tema III

11:00 - 11:20 Alternativas de protecção dos Defensores de Direitos Humanos durante as eleições

- Ngandife Karina - Secretariado da RMDDH

11:20 - 11:50 Debate

Moderação:

11:50 - 12:00 Considerações finais

- Dr. Danilo Mairoce, Coordenador Provincial da RMDDH em Manica



Financiado por:



Kingdom of the Netherlands